

Concatenação de afixos em Bantu: algumas leituras a partir da Fonologia Lexical¹

Vasco Magona

vasco.sande@uem.mz

*Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane
(Moçambique)*

Francelino Wilson

fradwilson2@gmail.com

*Faculdade de Letras Ciências Sociais e Humanidades da Universidade
Púnguè (Moçambique)*

ABSTRACT: Bantu languages from Mozambique exhibit a grammatical behavior distinct from Portuguese, from which they coexist. Noun morphology is one of the domains that offers notable differences in functioning between these languages. The object of this work is the affixes in Bantu, i.e., noun prefixes, suffixes and locative circumfixes of Ciyaawo (P21), Xichangana (S53) and Emakhuwa (P31) languages, (Ciyaawo and Emakhuwa) spoken in the North and (Xichangana) in the South of the country. Based on the theoretical support of standard Lexical Phonology (Kiparsky 1982 and Mohanan 1982) and the Booij & Rubach (1987) model, we seek to understand the behavior of morphemes that are linked to nominal themes and, with that, determine the occurrence of morphophonological processes and constraints arising from the interweaving between morphology and phonology. The data analyzed were obtained from a personal database built through instruments for collecting basic vocabulary from the *Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas* (NELIMO), applied to higher education students, between 2013 and 2017 on one hand, and from two secondary sources (Langa 2012 and Ngunga 2014), on the other hand. The research results seem to confirm the existence of two components of the lexicon, namely, *a.* the cyclic – where morphological rules act, and *b.* the post-cyclic – where phonological rules operate, as proposed by Booij & Rubach (1987).

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Doutoramento em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o apoio da FCG - Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) através das Bolsas de Doutoramento: FCG n.º 246632 (Vasco Magona) e FCG n.º 234957 (Francelino Wilson). Agradecemos, do mesmo modo, aos revisores anónimos e ao Eugénio Quembo, este último por nos ter auxiliado na revisão do abstract, cujas contribuições permitiram o aperfeiçoamento da construção textual. Todavia, total responsabilidade sobre as análises aqui desenvolvidas são imputadas unicamente aos autores.

KEYWORDS: Affixes, lexical phonology, Bantu languages, Ciyaawo, Xichangana, Emakhuwa.

RESUMO: As línguas Bantu de Moçambique exibem um comportamento gramatical distinto do português, com quem convivem. A morfologia nominal é um dos domínios que oferece diferenças notáveis de funcionamento entre essas línguas. Este trabalho tem por objeto os afixos em Bantu, i.e., prefixos nominais, sufixos e circunfixos locativos das línguas ciyaawo (P21), xichangana (S53) e emakhuwa (P31), faladas no Norte (caso de ciyaawo e emakhuwa) e Sul (xichangana) do país. A partir do aporte teórico da Fonologia Lexical clássica (Kiparsky 1982 e Mohanan 1982) e do modelo de Booij & Rubach (1987), procura-se compreender o comportamento de morfemas que se ligam a temas nominais e, com isso, determinar a ocorrência de processos e restrições morfofonológicas decorrentes do entrelaçamento entre a morfologia e a fonologia. Os dados analisados foram obtidos de uma base de dados pessoal construída através de instrumentos de recolha de vocabulário básico do Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), aplicados a estudantes do ensino superior, entre os anos de 2013 e 2017, por um lado, e de duas fontes secundárias (Langa 2012 e Ngunga 2014), por outro. Os resultados da pesquisa parecem confirmar a existência de dois componentes do léxico, designadamente, *a.* o cíclico – aonde atuam regras morfológicas, e *b.* o pós-cíclico – aonde atuam regras fonológicas, tal como proposto por Booij & Rubach (1987).

PALAVRAS-CHAVE: Afixos; Fonologia Lexical; Línguas Bantu; Ciyaawo; Xichangana; Emakhuwa.

1. Introdução

As línguas do grupo Bantu manifestam valores gramaticais que as distinguem das outras famílias ou (grupos de) línguas. Tomando de exemplo a inversão locativa, que lhes é peculiar (Avelar & Cyrino 2008, Bresnan 1994), distinguem-se as línguas Bantu (LBs) do português por admitirem com naturalidade estruturas desta natureza (cf. (1)), ao passo que o português não (cf. (2)), salvo por influência daquelas, em zonas de contacto, como são os casos, por hipótese, de algumas variedades do Brasil² (cf. (3)) e de Moçambique (cf. (4)) (Avelar & Cyrino 2008, Gonçalves & Chimbutane 2004). Aplicada ao inglês, a inversão locativa mostra semelhanças desta língua com as do grupo Bantu, todavia o alinhamento de papéis com categorias sintáticas reflete uma profunda diferença tipológica entre si, sendo que as LBs categorizam locativos em um sistema de classes de género, ao

² “[...] diferentemente das demais línguas românicas, o PB admite inversão locativa em sentenças construídas com verbos inergativos e transitivos, similarmente ao observado em línguas como o setswana e o kinyarwanda” (Avelar & Cyrino 2008: 61).

passo que o inglês, em um sistema abstrato de casos (Bresnan 1994). Neste artigo, em particular, interessa-nos explorar como é feita a combinação de morfemas em ciyaawo (P21), xichangana (S53) e emakhuwa (P31), línguas Bantu faladas em Moçambique³.

(1) Cicewa

- | | | | |
|----|---|---------------------|-------------------|
| a. | <i>ku-mu-dzi</i> | <i>ku-na-bwér-á</i> | <i>-lendô-wo</i> |
| | 17-3-aldeia | SC17-PSS-vir-FV | 2-visitas-aquelas |
| | 'Na aldeia apareceram aquelas visitas.' | | |
| b. | <i>m-mi-têngo</i> | <i>mw-a-khal-a</i> | <i>a-nyani</i> |
| | 18-4-árvore | SC18-PERF-sentar-FV | 2-babuínos |
| | 'Na árvore sentaram babuínos.' | | |
- (Bresnan & Kanerva 1989 *apud* Avelar & Cyrino 2008: 59)

(2) Português Europeu

- a. Vende livros.
b. **Naquela loja* vende livros.
- (Avelar & Cyrino 2008)

(3) Português do Brasil

- a. *Naquela quarto* dormiu várias pessoas.
b. *Na casa da Maria* dorme cedo.
c. *Naquela fábrica* trabalha muitos amigos meus.
- (Avelar & Cyrino 2008)

(4) Português de Moçambique

- a. *Em casa dele* é aqui em frente.
b. *Na nossa zona* era fértil.
c. *Na igreja* é pequeno.
- (Gonçalves & Chimbutane 2004)

O enfoque deste estudo, como acima referido, recai sobre os afixos em Bantu, nomeadamente, prefixos nominais (Bleek 1856), sufixos e

³ A disposição das línguas neste artigo tem a ver unicamente com a sequência dos dados aqui analisados, excluindo-se eventuais fatores de outra natureza. E, a escolha das línguas, por conveniência dos investigadores, tendo eles, respetivamente, ciyaawo e emakhuwa como língua materna.

circunfixos locativos. Com isto pretendemos analisar o comportamento morfofonológico dos morfemas de:

- a. nomes das classes 9 e 10 (lu-/N-), em ciyaawo;
- b. nomes das classes 5 e 6 (ri-/ma-) e sufixo *-ine/-ini*, em changana; e
- c. nomes das classes 3, 4, 7, 8 e os circunfixos formados pela estrutura *o-...-ini*, em emakhuwa (ver ainda as secções 3 e 5).

Com o mesmo fim, baseamo-nos na Fonologia Lexical (doravante FL) de Kiparsky (1982) e Mohanan (1982) (cf. 4.1), fundamentada no modelo de Booij & Rubach (1987) (cf. 4.2).

Os dados observados foram retirados de três fontes, sendo duas secundárias – Langa (2012) e Ngunga (2014) –, e outra primária. Esta última, trata-se de uma base de dados pessoal composta por pouco mais de 4 mil palavras de diferentes línguas moçambicanas faladas na espessura do território moçambicano. A referida base foi construída pelo primeiro autor no período compreendido entre 2013 e 2017. A recolha da informação original foi feita no âmbito da lecionação da disciplina de Linguística Descritiva das Línguas Bantu oferecida nos cursos de licenciatura em Ensino de Línguas Bantu, Linguística, Literatura Moçambicana e Desenvolvimento e Educação de Infância, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

A obtenção dos dados foi mediante o preenchimento do inventário de levantamento de vocabulário básico do Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), instrumento usado para construir *corpus* das línguas africanas faladas em Moçambique. No caso em apresso, o questionário foi preenchido por aproximadamente 600 alunos dos cursos supracitados. Além da técnica de inquérito por questionário e do método filológico usados para a recolha dos dados, a introspeção linguística foi relevante para a análise oferecida. Portanto, na apresentação e discussão dos resultados apelamos nossa intuição linguística, enquanto falantes de ciyaawo e de emakhuwa como línguas maternas.

Tem importância realçar que, no ato do preenchimento do inventário de levantamento de vocabulário básico, os participantes foram pedidos um consentimento informado que autoriza o uso da informação disponibilizada. Todavia, salvaguarda-se a identidade de cada informante envolvido neste processo, usando-se os dados unicamente para efeitos de estudo. Neste quadro, todos os dados recolhidos foram agrupados e catalogados de forma anónima. Além disso, seu tratamento foi feito em

observância aos procedimentos das práticas costumeiras vigentes em Moçambique (Chimbutane 2009), que dizem respeito à confidencialidade. Esta opção foi tomada porque, até onde sabemos, em Moçambique não existe uma comissão de ética especializada em questões ligadas aos estudos linguísticos.

Excluindo a presente nota introdutória, e a secção de fecho, onde retomamos os pontos essenciais do estudo, o artigo comporta quatro secções. Em 2, damos conta das línguas objeto de observação. Na secção 3, resumimos o funcionamento da morfologia nominal das línguas Bantu⁴. Em 4, convocamos os constructos basilares da FL, focando-se na apresentação dos fundamentos do modelo clássico e da proposta de Booij & Rubach (1987), que se mostrou consentânea à linha argumentativa da nossa reflexão. Em 5, apresentamos o cerne do estudo proposto.

2. Sobre o ciyaawo, xichangana e emakhuwa

As línguas yaawo (P21), changana (S53) e makhuwa (P31), conforme a classificação de Guthrie (1967), pertencem à “subfamília Níger-Congo da família Congo-Kordofaniana” (Ngunga 2014: 33). Estes idiomas são falados predominantemente nas regiões Austral e Oriental da África subsaariana.

Estima-se que ciyaawo seja falado por três milhões de pessoas vivendo em Moçambique, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Taji 2014). Deste número, 454.185 falantes encontram-se em Moçambique (INE 2019). O idioma agrega quatro variantes dialetais, nomeadamente, amakaale, amasaniinga, amaciinga e acinacikonono (Ngunga, Manuel, Langa, Machungo & da Câmara 2022: 89). Esta língua é usada no sistema educativo em dois países, designadamente, Moçambique e Malawi. Nesse sentido, para efeitos de produção de manuais didáticos, Sanderson (1922) recomenda que se use a variante de Chiconono, no Niassa, i. e., acinacikonono, como ponto de referência, visto ser a variedade central, do ponto de vista geográfico, e parece preservar os étimos da língua.

Xichangana é também um idioma transfronteiriço, falado em Moçambique, Zimbabué e na província de Transval, na África do Sul. Não se conhece o número total da população falante da língua nos três países,

⁴ Cabe realçar que as línguas do grupo Bantu oferecem um fértil campo de morfologia (Bostoen & Van de Velde 2019). Mesmo cientes disto, na secção em que nos dedicamos à apresentação deste aspeto não se explora o tópico em profundidade. Na verdade, uma discussão detalhada da morfologia nominal em Bantu não caberia em um texto da dimensão do que o leitor tem em mãos.

entretanto, em Moçambique, conta com cerca de 1.926.879 falantes (INE 2019, Ngunga *et al.* 2022). As suas variantes dialetais incluem xihlanganu; xidzonga, xin'walungu, xibila e xihlengwe (Ngunga & Faquir 2011). Destas, xidzonga é tomada como a variedade de referência, para efeitos de normalização linguística, inclusive a produção de manuais escolares e o uso em sala de aulas.

Emakhuwa é predominantemente falado em Moçambique, onde a variedade central é designada emakhuwana (Maho 2009). Ainda assim, trata-se de um idioma com falantes dispersos entre o Malawi e a República Unida da Tanzânia (Bernardo 2017, Kisseberth & Cassimjee 2009, Reilly 2016, 2019, Taylor 2020). Também se acredita que tenha enclaves no nordeste de Madagáscar e em outros territórios insulares, a exemplo das ilhas Comores, Seychelles e Maurícias (cf. Bernardo 2017, Kisseberth & Cassimjee 2009, Reilly 2016, 2019, Taylor 2020). A língua agrega um universo populacional estimado em dez milhões de falantes (cf. Kisseberth & Cassimjee 2009), destes, cerca de 5.866.643 pessoas encontram-se em Moçambique (INE 2019, Ngunga *et al.* 2022), o que lhe confere o estatuto de língua mais falada no país. Por outro lado, parece consensual apontar-se para emakhuwana, enahara, esaaka, emarevoni, emeetto e exirima como sendo as variantes dialetais atestadas.

3. Algumas notas sobre a morfologia nominal em Bantu

Como amplamente documentado (e.o., Bleek 1856, 1862, Guthrie 1967, Meinhof 1906, Maho 2003), “uma das características fundamentais das línguas bantu reside na morfologia do nome cuja estrutura chamou atenção dos estudiosos que muito cedo observaram a organização rigorosa destes em agrupamentos chamados classes (nominais) marcadas através de prefixos” (Ngunga 2002: 67). Nestas línguas, o nome é composto de duas partes fundamentais, designadamente: *a.* um *prefixo (nominal)* – pode ser qualquer coisa, inclusive o morfema zero, e *b.* um *tema nominal*⁵ – a parte irreduzível

⁵ Como nos sugere um revisor deste artigo, mostra-se necessário uma elaboração um pouco demorada à volta da noção de *tema nominal* aqui empregue por, entre outras, mostrar-se diferente do português, onde se distingue da raiz. De acordo com o revisor, “talvez falte explicitar a diferença entre tema e raiz nessas línguas, para melhor compreensão da análise”.

Em consonância com a literatura de base (e.o., Ngunga 2002, Siteo 1996), *tema nominal* é uma noção empregue em morfologia nominal Bantu para designar a componente morfológica que não muda e aonde se afixa o prefixo (nominal) para juntos formarem um nome (e.g., de (5), *Kí* Prefixo (Nominal) + *kapu* Tema Nominal = *Ki-kapu* Nome; *Vi* Prefixo (Nominal) + *kapu* Tema Nominal = *Vi-kapu* Nome). Dito desta forma, o nome em Bantu ostenta uma morfologia distinta do português, pelo que o conceito não coincide com o aplicado às línguas românicas. Em

do nome (Ngunga 2002, Siteo 1996). O conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou padrão de concordância chama-se classe nominal (Guthrie 1967: 13). Por prefixo de concordância, entende-se qualquer elemento prefixado que serve para desencadear o sistema de concordância gramatical (Guthrie, *ibidem*), conforme ilustrado em (5).

(5) Swahili

- | | | | | |
|----|------------------------------|-------------------------|-----------------------|---|
| a. | <i>Ki-kapu</i> | <i>ki-kubwa</i> | <i>ki-moja</i> | <i>ki-li-anguk-a</i> |
| | 7-cesto | PN ₇ -grande | PN ₇ -um | MS ₇ -PSS-cair-FV |
| | ‘Um cesto grande caiu’ | | | |
| b. | <i>Vi-kapu</i> | <i>vi-kubwa</i> | <i>vi-tatu</i> | <i>vi-li-anguk-a</i> |
| | 8-cesto | PN ₈ -grande | PN ₈ -três | MS ₈ -PSS-cair-FV ⁶ |
| | ‘Três cestos grandes caíram’ | | | |

(Walmers 1973 *apud* Van de Velde 2019: 238)

Na mesma linha de reflexão, Dimande & Chimbutane (2022: 876), em referência a Siteo (2011), revelam que “os nomes podem estar agrupados em géneros, termo que, não estando relacionado com a distinção de sexos, designa as séries constituídas de temas nominais idênticos, ligados a diversos prefixos”. Os géneros gramaticais distinguem-se em três tipos. O primeiro grupo é considerado como sendo de uma classe, ou seja, em Bantu, quando uma classe nominal não tem a sua contraparte para fazer a oposição singular/plural chama-se de género gramatical de uma classe (e.g., *usva* ‘xima/massa de farinha’, em xichangana); o segundo tipo é rotulado de géneros (gramaticais) de duas classes, i. e., quando é possível associar duas

morfologia verbal Bantu, por sua vez, é legítimo o emprego de raiz (*verb-stem*), com sentido similar ao que se usa em português (cf. Wilson & Magona 2017).

Alfândega (2014), em um trabalho sobre a *locativização em cisena* (N44), faz referência ao conceito de *tema nominal* nos moldes aqui empregue, citando Siteo (1996): “Siteo (1996) refere que nas línguas bantu, o nome compreende duas partes: (i) o *prefixo*, que varia em função do tema nominal e (ii) o *tema nominal*, que recebe o prefixo para em conjunto formarem o nome” (Alfândega 2014: 119, destaque no original). Todavia, na aplicação do conceito, designa de nome o tema nominal, numa abordagem um tanto quanto equivocada, ao nosso ver, neste particular aspeto. A título de exemplo, lê-se “o prefixo *pa*-associa-se ao nome para localizá-lo numa área ‘aberta’ ou ampla [e.g., *pa-phiri* ‘sobre o monte’, *pa-meza* ‘sobre a mesa’, *pa-nyumba* ‘próximo da casa’]” (Alfândega 2014: 126).

Com os argumentos aqui trazidos, procuramos reconhecer a complexidade do tratamento da morfologia Bantu, as diferenças conceptuais com o português e os fundamentos das posições teóricas por nós assumidas.

⁶ PN = Prefixo nominal; MS = Marca de sujeito; FV = Vogal final. Não se deve equiparar a vogal final da estrutura verbal em Bantu com as vogais temáticas do português. Para uma leitura detalhada, ver Meussen (1967), Mutaka & Tamanji (2000).

classes nominais para fazer a oposição singular/plural (e.g., *mujondzisi* ‘professor’/ *vajondzisi* ‘professores’, em xichangana); por último, temos o grupo de nomes considerados como sendo géneros tripartidos. Estes são os que, além de distinguir o singular do plural, também distinguem os dois números do coletivo (e.g., *munhu* ‘pessoa’/ *vanhu* ‘pessoas’/ *wumunhu* ‘gente’, em xichangana)⁷.

Como dissemos nas linhas precedentes, a concordância nominal em Bantu é feita através de prefixos. Assim, em (5) parece nítido que os prefixos *ki-* e *vi-*, pertencentes às classes 7 e 8, em suaíli (ou (ki)swahili), flexionam o tema nominal *-kapu* ‘cesto’ em género (singular/plural). Além disso, desencadeiam o sistema de concordância nominal ao funcionarem como “marcadores pronominais vinculados, analisáveis como marcas de sujeito que são afixados ao verbo” (Creissels 2005 *apud* Taji 2014: 153) e outros elementos fráasicos. Nesse sentido, todos os materiais linguísticos existentes nas frases em (5) engatilham o prefixo da classe do sintagma nominal em posição de sujeito (SN_{suji}).

Além do que fica dito, os nomes nas LBs estão organizados num número limitado de grupos, de acordo com o prefixo nominal. Ngunga (2002: 68), citando Siteo (1984), considera que “o número de classes nas diferentes línguas bantu varia entre 10 e 20”. No apêndice A reconhece-se a existência de 18 classes nominais para o ciyaawo, 13 para xichangana e emakhuwa, respetivamente. Entretanto, a lista de xichangana mostra-se uma série incompleta, evidenciada pela ausência das classes diminutivas 12 e 13 e das classes locativas 16, 17 e 18, sincronicamente consideradas não produtivas nesta língua (Dimande & Chimbutane 2022, Langa 2012).

A não produtividade das classes diminutivas 12 e 13 pode explicar-se pelo fato de a diminutivização realizar-se através de outros processos morfológicos, como a derivação sufixal, ao passo que a ausência das classes locativas 16, 17 e 18 tem a ver com o fato de delas terem restado apenas alguns vestígios ou rudimentos (como, por exemplo, ha-nsi ‘em baixo/no chão’ (cl. 16); ku-suhi ‘perto’ (cl.

⁷ A coocorrência dos prefixos das classes 14 e 1 (cf. apêndice A), através da adição de prefixos à temas, encontra sua explicação no facto de o tema nominal *-n^hu(CV)* não possuir o tamanho ótimo (CVC) em línguas Bantu. Em casos desta natureza, os temas nominais são suscetíveis de agregar dois prefixos. Entretanto, o primeiro prefixo passa a compor juntamente com o tema nominal primitivo o que a literatura chama de *macro-stem* (cf. Maho 1999, Mutaka & Tamanji 2000). Portanto, em *wumunhu* a parte destacada seria o nosso macro-tema que agrega o prefixo inerente ao nome e o tema nominal primitivo.

17) e *n-draku* ‘retaguarda/parte posterior’ (cl. 18)), que, no estágio atual desta língua, já não podem ser considerados nomes no verdadeiro sentido, uma vez que funcionam como advérbios de lugar.

(Dimande & Chimbutane 2022: 877)

À semelhança de *xichangana*, na lista de *emakhuwa* reporta-se um conjunto de 13 classes (cf. apêndice A), excluindo as classes 9 e 10 que agregam nomes cuja semântica predominante refere-se a seres do reino animal; a 11 que acolhe substantivos abstratos, massas, coisas incontáveis ou longas; e as classes 12 e 13, relativas a diminutivos, como já se fez referência acima. Esta língua, além de socorre-se de processos morfológicos como a derivação parassintética para localizar as coisas no tempo e no lugar, por um lado, usa da estratégia de diminutivização lexical com recurso a morfemas como *-kani*, que denota pequenez, ou *-kanini* que, mais do que referir-se a pequenez, intensifica e/ou enfatiza o grau diminutivo; por outro lado, teria no decurso de seu desenvolvimento, desde o Proto-Bantu⁸ (Doke 1945, Greenberg 1963, Guthrie 1967, Phillipson 1977), “drenado” os nomes das classes 9, 10 e 11 para os pares de géneros 1/2 (cuja semântica refere-se a pessoas) e 7/8 (dos objetos) (Ngunga 2014).

Ciyaawo, por seu turno, embora não apresente um conjunto de 20 classes e prefixos nominais como sugerido em Siteo (1984), pode-se considerar uma língua com um sistema nominal canónico porque não tem interrupções entre as classes nominais 1 a 18 (cf. apêndice A). Cabe realçar que “a organização gramatical de nomes em classes ocorre, no essencial, de acordo com a orientação semântica. Entretanto, apesar de os nomes de uma determinada classe nominal exibirem o mesmo prefixo nominal, casos há em que estes não partilham os mesmos traços semânticos” (Dimande & Chimbutane 2022: 871). Isto leva a dizer que a distribuição dos nomes em classes nominais não se limita a este critério. Ainda assim, “em muitos casos ainda persiste a ocorrência de nomes semanticamente pertencentes ao mesmo grupo” (Ngunga 2014: 127).

Tem importância realçar que, no conjunto dos prefixos nominais apresentado no apêndice A, apenas os prefixos das classes 14, 15, 16, 17 e 18 não fazem a oposição de género, ou seja, trata-se de prefixos integrados nas já referidas classes nominais de um género. Dissemos acima que o género nestas línguas se relacionava com a flexão (em número), i.e., a

⁸ Trata-se da hipotética língua que deu origem as atuais línguas Bantu.

oposição singular/plural. Assim, as classes 1, 3, 5, 7, 9 e 11 fazem o seu plural com as classes 2, 4, 6, 8 e 10, respetivamente. Dito de outra forma, a classe 1 expressa o valor de singularidade, cujo plural se faz com a classe 2 (e.g., do emakhuwa, *-thu* >> *muthu* ‘pessoa’ (*mu-cl.1*); *athu* ‘pessoas’ (*a-cl.2*)). A mesma lógica é válida para a sequência dos prefixos até a classe 10. O prefixo da classe 10 é, por um lado, plural da classe 9 e, por outro, da classe 11. Isto equivale a dizer que a classe 11 é singular da 10, sendo que 10 é plural tanto de 11, quanto de 9. Como se vê, a oposição de género na classe 10 e 11 é feita da direita para a esquerda, diferente da lógica adotada nas demais classes (1 a 10) e, entre 12 e 13, que se operacionaliza da esquerda para a direita. Entretanto, raras exceções existem, como por exemplo, o que sucede com a classe 14 que embora seja, na generalidade, assumida como sendo classe de um género, em algumas línguas Bantu, a exemplo do sena (N44), faz o plural com a classe 6.

Para a discussão aqui pretendida, cabe realçar que as classes nominais podem desempenhar funções primária e/ou secundária. Em outras palavras, queremos dizer que nestas línguas existem dois tipos de prefixos, nomeadamente, os inerentes aos nomes e os que deles derivam. Assim, os primeiros são tipicamente primários, ao passo que o segundo grupo, essencialmente constituído pelos prefixos das classes 12, 13, 16, 17 e 18, são designados secundários (Mutaka & Tamanji 2000). De acordo com Ngunga (2014), entre os prefixos secundários figuram os que alteram a semântica nuclear do tema nominal, conferindo-lhe informação adicional, como pequenez (cf. (6)), grandeza, carácter, entre outros, da mesma forma que podem localizar o objeto ou a ação no espaço (cf. (7)) e/ou tempo (cf. (8)).

	(6) Ciyaawo			Formas marcadas
a.	<i>ka-ndu</i>	'coisinha'	<	<i>ci-ndu</i> 'coisa' ⁹
	12-coisa			7-coisa
b.	<i>tu-ndu</i>	'coisinhas'	<	<i>yi-ndu</i> 'coisas'
	13-coisa			8-coisa
				<i>ka-(ci-)ndu</i>
				12-7-coisa
				<i>tu-(yi-)ndu</i>
				13-8-coisa

(elaboração própria)

	(7) Shona			
a.	<i>pa-mu-sha</i>	'na aldeia'	cf.	* <i>mu-pa-sha</i>
	16-3-aldeia			3-16-aldeia
b.	<i>ku-mu-sha</i>	'(lá) na aldeia'	cf.	* <i>mu-ku-sha</i>
	17-3-aldeia			3-17-aldeia
c.	<i>mu-mu-sha</i>	'dentro da aldeia'	cf.	* <i>mu-mu-sha</i> ¹⁰
	18-3-aldeia			3-18-aldeia

(Ngunga 2014: 137)

	(8) Ciyaawo			
a.	<i>pa ci-aka ci-mo</i>		(> <i>caaka</i>)	'num ano'
	16 7-ano 7-um			
b.	<i>ku ku-ca</i>		(> <i>kuuca</i>)	'ao amanhecer'
	17 15-amanhecer			
c.	<i>mu ndaavi ji-mo</i>			'dentro de uma hora'
	18 9-hora 9-um			

(Ngunga 2014: 140-141)

Os morfemas diminutivos *ka* e *tu*, representados em (6), ligam se ao tema nominal *ndu* de forma marcada ou não. No caso em que não é

⁹ Cabe realçar que nas formas não marcadas destes dados omitimos, deliberadamente, o alongamento dos prefixos nominais *ka-*, *tu-*, *ci-* e *yi-*. Importa referir que, em ciyaawo, existem três tipos de alongamento vocálico, designadamente, (1) fonético; (2) fonológico e (3) compensatório. O fonético é sensível à penúltima sílaba e não distingue significado (e.g. *maseengo* 'trabalho'); o fonológico distingue significados de palavras (e.g. *kucima* 'odiar' cf. *kuciima* 'ofegar'). Por seu turno, o alongamento compensatório consiste na alteração da duração da vogal breve de um determinado núcleo silábico, como resultado da atuação de diferentes regras fonológicas (e.g. *pa + ditiinji* (locativo + nome) > *paitiinji* > *peetiinji* 'na mata').

¹⁰ Nesta estrutura demonstramos a ordem de restrição da afixação dos afixos de nível I e II. Como se vê, a sequência 18-3-*sha* é aceitável, ao passo que o alinhamento prefixo de nível I + prefixo de nível II (locativo e/ou diminutivo) é restrita, por isso a agramaticalidade das sequências 3-16-*sha*; 3-17-*sha* e; 3-18-*sha*. O mesmo acontece com o ordenamento 3-12-*sha* ou 3-13 *sha*.

marcado, ocorre a substituição dos géneros gramaticais das classes 7 e 8 (*ci-* e *yi-*) para dar lugar às classes diminutivas (12 e 13). Aliás, Magona (2014) revela que os prefixos nominais ligam-se ao tema (nominal) ou a nomes formados de três formas, nomeadamente: *a.* adição – quando um morfema X é lhe adicionado outro Y para formar o plural (e.g., *dii-wu* ‘cinza’ cf. *ma-dii-wu* ‘cinzas’); *b.* substituição – um prefixo X é substituído por Y na formação do plural (e.g., *di-naangwa* ‘mandioca’ cf. *ma-naangwa* ‘mandiocas’); e *c.* subtração – um morfema X é subtraído por Y (incluindo zero) para dar lugar à formação do plural (e.g., *lu-sulo* ‘rio’ cf. \emptyset -*sulo* ‘rios’).

Por sua vez, em (7) temos uma situação em que ao nome formado (*musha*) agregamos-lhe os prefixos locativos das classes 16, 17 e 18. O mesmo sucede em (8), no entanto, aqui as classes nominais indicadas pelos locativos realizam-se de forma disjuntiva. Portanto, os dados que temos vindo a observar parecem corroborar com a linha de reflexão que dá conta que:

Os prefixos nominais (primários e secundários) estão depositados no léxico em níveis diferentes que são avaliados pela ordem da sua concatenação. A ordem de concatenação dos morfemas é mapeada no léxico e é restrita, i.e., não pode ser violada sob o risco de agramaticalidade [(cf. (7))] fazendo jus a rigidez do mapa lexical à listagem dos afixos a nível lexical.

(Langa & Magona, em prep.)

O nosso pensamento parece ir de encontro ao modelo de listagem de afixos – *Affix-Stripping* –, segundo o qual, “os recetores devem dividir palavras pelos seus componentes para análise, e cada morfema está individualmente listado no léxico” (Vannest & Boland 1999: 324). Por outro lado, o aspeto acima precisado legitima o que é designado por hipótese de listagem total – *Full Listing Hypothesis* –, para quem “as palavras estão disponíveis para o seu reconhecimento no léxico com a sua morfologia completa” (Butterworth 1983 *apud* Vannest & Boland 1999: 324).

Traçando um paralelismo com os prefixos composicionais (PCs) e os legítimos (PLs), conforme tratados no português brasileiro (PB) (Schwindt 2001), parece ser possível concluir-se que os afixos (primários e secundários) em Bantu distribuem-se em dois níveis. O primeiro inclui os morfemas de classes nominais 1 a 11, mas também, os géneros gramaticais das classes 14 e 15 (cf. apêndice A). Por seu turno, os diminutivos e locativos, nomeadamente, as classes 12, 13, 16, 17 e 18, bem como os afixos que a

estes se equiparam (e.g. *-ini/-eni* ou o circunfixo *xi...-ana*, em xichangana, ou ainda *o...-ini*, em emakhuwa), devem poder estar integrados no nível II.

Entretanto, cabe realçar que, como acontece com o resto das línguas naturais, a analogia aqui feita sugere alguns aspetos assimétricos. Por exemplo, enquanto que no PB a divisão entre PCs e PLs tem em conta, entre outros aspetos, motivações suprasegmentais – sendo por isso os PCs possuidores de estrutura prosódica de um vocabulário fonológico e os PLs se estruturarem como sílabas átonas (Schwindt 2001: 177) –, em Bantu, ainda que se admita que o tipo de regras cíclicas e pós-cíclicas a que os afixos estão sujeitos (em conformidade com o modelo de Booij & Rubach 1987) influencia no seu alocamento nos níveis lexicais, para nós tal facto deve ser complementado pelo tom e pela orientação semântica da classe nominal em que os nomes a eles afixados estão integrados, como acima referido, no caso do último aspeto.

Relativamente ao tom, cabe referir que os prefixos nominais (primários e secundários) das línguas objeto de estudo são portadores de tom gramatical (Kisseberth & Odden 2003), sendo o tom de nível baixo o canónico¹¹. Entretanto, não se podem estabelecer de forma livre, salvo raras exceções, como se dá, por exemplo, quando os prefixos secundários funcionam como locativos temporais. Nestes casos, eles comportam-se como as ditas preposições *em* e/ou *de*, no português moçambicano e, escrevem-se de forma disjuntiva (cf. (8)). Ainda assim, não se podem estabelecer como palavras autónomas.

Diz-se que o tom é gramatical quando não distingue significados de palavras com os mesmos segmentos (Ngunga 2004, Langa 2012, Nurse 2018), podendo expressar diferenças entre “os tempos verbais, modo, presença ou ausência na forma verbal de marcas de negação, etc.” (Ngunga 2014: 100). Os exemplos que se seguem procuram elucidar como é que materialmente o tom marca a ausência e/ou presença da marca de negação (cf. (9)) ou ainda a ocorrência do tom canónico nos morfemas de classes nominais em Bantu¹² (cf. (10)). Cabe realçar ainda que, nas línguas objeto de análise, o tom de nível baixo não é representado por ser o mais frequente. Assim, a ausência dos diacríticos em algumas moras de (9) e na totalidade

¹¹ Nestas línguas, o tom pode ser gramatical ou lexical, marcados, na ortografia, com recurso a diacríticos. Os principais tons que ocorrem nas línguas analisadas são baixo, alto e de contorno. Assim, quando representado, o símbolo (˘) marca o tom baixo; (ˊ) refere-se ao tom alto; e (^) simboliza o tom de contorno.

¹² Melhor elaboração sobre o funcionamento do tom na estrutura verbal, veja-se em Nurse (2018) e, sobre a tonologia nominal em Bantu, Kisseberth & Odden (2003).

das moras de (10) não significa a omissão do tom. Ao invés, trata-se da representação ortográfica do tom mais predominante nestas línguas. Ainda assim, nos exemplos em (9) e (10) tivemos o cuidado de incluir as glosas para vincar o tipo de tom contido em cada núcleo silábico. Portanto, a exceção da mora da primeira sílaba em (9a), todos os restantes núcleos silábicos são portadores de um tom de nível baixo.

(9) Ximakonde

- a. *ápali* 'ele não está'
ABB
- b. *apali* 'está'
BBB

Ngunga (2014: 100)

(10) Emakhuwa

- a. *mu-alapwa* > *mwalapwa* 'cão'
B-BBB BBB
- b. *a-alapwa* > *alapwa* 'cães'
B-BBB BBB

(elaboração própria)

Como fora dito, a morfologia é um campo muito fértil nas línguas Bantu. Assim, para não nos dispersar do essencial deste texto, recomendamos a leitura de Nurse & Philipson (2003), para uma visão geral da morfologia nominal em Bantu. Entretanto, não deixamos de trazer aqui uma pequena amostra do funcionamento destas línguas. De forma específica, interessou-nos, sobretudo, evidenciar a ocorrência do tom gramatical de nível baixo vinculado às classes nominais 1 e 2, em emakhuwa (cf. (10)).

Outrossim, em (10) parece nítida a concatenação dos prefixos das classes 1 e 2 (*mu/-a-*), que expressam flexão morfológica (tal se conhece em português), ao morfema *-a* da primeira sílaba do tema nominal (e.g., /*mu.a.la.pu.a*/e /*a.a.la.pu.a*/), mas também a interação entre a penúltima e a última sílaba dos mesmos dados propiciou o desencadeamento de processos morfofonológicos. Portanto, sendo o emakhuwa uma língua pouco tolerante à ocorrência de hiato, foi necessário acionar-se o *Obligatory Contour Principle* (doravante, OCP) (Hyman 1985, Odden 1986), como mecanismo de reparo do ambiente indesejado criado pelo encontro de materiais linguísticos idênticos (V_1+V_2), na primeira situação (e.g., /*mu.a.la.pu.a*/,

/a.a.la.pu.aʎ/, e materiais iguais (V_1+V_1), na posição inicial do segundo dado (e.g., /a.a.la.pu.aʎ/, conforme destacado. Do reparo, vários processos morfofonológicos emergiram, podendo-se destacar dois, de âmbito fonológico, designadamente, a semi-vocalização (cf. (11a)) e a elisão (cf. (11b)), à luz das regras segmentais a seguir formalizadas.

(11) Emakhuwa

- a. /u/ → [w]/ -[a]
b. /a / → [ø]/ -[a]

(elaboração própria)

As regras em (11) permitem a seguinte leitura:

- a) uma vogal breve posterior fechada arredondada¹³ realiza-se como uma semi-vogal no contexto em que é antecedida de uma vogal breve baixa central (cf. (11a));
- b) um segmento vocálico breve central é elidido quando antecedido de uma vogal idêntica (11b).

Mais adiante, na secção 5, veremos detalhadamente a interação morfologia/fonologia, ou seja, baseando-se no modelo da FL de Booij & Rubach (1987), procuraremos mostrar que da “interação entre as regras morfológicas e fonológicas deriva as representações lexicais distintas da representação de base” (Lee 1992: 109-110).

Descrita sumariamente a morfologia nominal em Bantu e esclarecido o sentido que os conceitos operacionais tomam neste trabalho (e.g., tema nominal, classe nominal, género), passemos à apresentação do quadro teórico. Para este exercício, dividimos dois tópicos: o primeiro sobre a FL clássica, o segundo relativo ao modelo de Booij & Rubach (1987).

4. Modelo teórico

4.1 FL Clássica, breve descrição

A FL é um modelo teórico pós-*SPE* (*The Sound Pattern of English*), de Chomsky & Halle (1968), que surge na década de 1980 com os trabalhos de Kiparsky (1982) e Mahanan (1982). Na linha da Fonologia Generativa (FG), desenvolve a ideia de que são necessários diferentes níveis de

¹³ O sistema vocálico do emakhuwa é composto por dez vogais, cinco breves e igual número de alongadas, i.e., u, uu, i, ii, e, ee, o, oo, a, aa (cf. Ngunga *et al.* 2022).

representação fonológica, cujas regras se aplicam uma após a outra, numa ordem determinada (Collischonn 2002: 164).

Os problemas da abstração encontrados na FG padrão constituem uma das motivações para o aparecimento da FL Clássica (Lee 1995, 1996). Lee (1996: 129) revela que a FG padrão descreve formalmente os fenómenos fonológicos com as regras fonológicas e as fronteiras fonológicas, para derivar as representações fonéticas concretas. Entretanto, não reserva um lugar para a interação entre a fonologia e a morfologia. Em outras palavras, quererá o autor dizer que na conceptualização da FG padrão foi ignorada a possibilidade de interação entre a morfologia, a fonologia e a sintaxe. Assim, se até princípios de 1980 estes domínios da gramática eram tratados como blocos independentes, a FL Clássica aparece como um modelo de interface entre morfologia-fonologia-sintaxe. Por isso, pressupõe a análise das estruturas morfológicas, sintáticas e os processos fonológicos subjacentes a elas. Isto implicou a distinção entre regras lexicais e pós-lexicais (Bisol 2005: 83, Mateus 2003: 1009).

As representações de nível lexical são anteriores e independentes de qualquer alinhamento morfossintático. No entanto, as de nível pós-lexical são dependentes do contexto morfossintático (cf. tabela 1), i.e., o primeiro nível é representado pelas regras que se aplicam dentro do léxico, ao passo que, o segundo, representa as regras que operam fora do domínio do léxico, ou seja, no componente sintático (Migliorini & Massini-Cagliari 2011: 77). Depois da aplicação das regras pós-lexicais é que a representação fonética se realiza (Lee 1995: 6). Nesta ordem de ideias, a FL Clássica sugere olhar para o léxico como unidade que se encontra disponível em estratos ordenados (Mohan 1986), nos quais se aplicam regras de formação de palavras (derivação e composição) e regras fonológicas (Gonçalves 2013: 340). O ponto de partida é a estrutura subjacente e o de chegada é a estrutura de superfície (Bisol 2017: 82). Pulleyblank (1986) sistematiza as características atribuídas às regras lexicais e pós-lexicais, conforme ilustra a tabela 1 abaixo.

TABELA 1 – Características das regras lexicais e pós-lexicais

Regras lexicais	Regras pós-lexicais
a. pode referir-se à estrutura interna das palavras	a. não pode referir-se à estrutura interna das palavras
b. não pode se aplicar fora das palavras	b. pode se aplicar fora das palavras
c. pode ser cíclica	c. pode ser cíclica
d. se cíclica, está sujeito ao ciclo estrito	d. é não-cíclica; portanto, “across-the-board”
e. submete-se à “structure preserving”	e. não precisa de “structure preserving”
f. pode ter exceções lexicais	f. não pode ter exceções lexicais
g. deve preceder todas as aplicações das regras pós-lexicais	g. deve ser precedida de todas as aplicações das regras lexicais

Fonte: Pulleyblank (1986 *apud* Lee 1992: 110)

Para se fazer valer das características ora expostas na (r)especificação dos itens linguísticos, a FL Clássica se socorre de cinco pressupostos (ou princípios e condições, nos termos de Bisol 2005: 85), nomeadamente, (i) *hipótese de domínio forte* – “prevê que todas as regras fonológicas aplicam-se no nível mais alto do léxico e depois algumas regras podem-se apagar em algum nível do léxico de tal modo que as regras marcadas se aplicam no nível mais alto do léxico, nível I” (Lee 1995: 14); (ii) *preservação da estrutura* – pressupõe que “as regras lexicais não podem marcar traços que não seja distintivos, nem criar estruturas que não estejam em conformidade com modelos prosódicos básicos da língua” (Borowsky 1986 *apud* Lee 1995: 15); (iii) *Condição de Ciclo Estrito* – *Strict Cycle Condition*, SCC – sugere que existem duas classes de regras, cíclicas e não cíclicas, e que sua ordenação relativa corresponde à forma de aplicação. Em segundo lugar, a relação intrínseca postulada entre ciclicidade e neutralização caracteriza automaticamente as regras cíclicas como uma subclasse de regras que preservam a estrutura (Kaisse & Shaw 1985: 17); (iv) *hipótese de referência indireta* – tem a ver com as regras que se aplicam no domínio prosódico, não no domínio morfológico (Lee 1996: 136); e (v) *elsewhere condition* – diz respeito à inclusão adequada de uma regra específica na sua contraparte ou regra geral (Kiparsky 1982). Além disto, o resultado da aplicação desta a uma mesma variável deve ser diferente. Nos termos de Kaisse & Shaw (1985: 20), se duas regras que realizam mudanças incompatíveis competem pelas

mesmas descrições estruturais, a regra mais específica tem precedência de aplicação sobre a menos específica. Os autores revelam ainda que esta hipótese é atribuída uma função morfológica e outra fonológica. Assim, morfológicamente, a *elsewhere condition* é invocada com função de bloqueio, para evitar que afixos derivacionais ou flexionais regulares em um nível posterior do léxico sejam anexados a palavras que já sofreram afixação menos produtiva em um nível anterior (Aronoff 1975 *apud* Kaisse & Shaw 1985: 20). Fonologicamente, a *elsewhere condition* pode ser integralmente vinculada à SCC. Em outras palavras, a SCC decorre diretamente da *elsewhere condition* e, portanto, não precisa ser estipulada na gramática (Kiparsky 1982, Kaisse & Shaw 1985). Como se referiu acima, serve-se da *elsewhere condition* para “bloquear a aplicação de regras fonológicas a formas não derivadas, evitando assim a necessidade do SCC como princípio independente” (Kaisse & Shaw 1985: 21).

Dado o carácter eminentemente exploratório desta pesquisa, uma descrição mais detalhada dos princípios e condições aqui elencados não era mais possível.

4.2 Modelo da FL de Booij & Rubach (1987)

Na secção 1 ficou dito que o presente estudo se socorre do modelo da FL postulado em Booij & Rubach (1987). Trata-se de um modelo que contrapõe a FL Clássica de Kiparsky (1982) e Mahanan (1982). Assim, Booij & Rubach (1987) consideram que, em FL, as regras lexicais devem ser tratadas de forma cíclica. Ou seja, nesta proposta sugere-se a existência de dois componentes do léxico, um cíclico e outro pós-cíclico. O primeiro é motivado pelo componente morfológica e o segundo está associado à componente fonológica. Aliás, na FL Clássica considera-se que cada nível da morfologia é associado a um nível próprio da fonologia, de tal maneira que as regras lexicais são, intrinsecamente, cíclicas (Lee 1996: 131). Pelo contrário, no modelo de Booij & Rubach (1987):

Existem dois componentes fonológicos: um motivado pela morfologia e outro motivado pela fonologia. Nessa perspectiva, as regras pós-cíclicas aplicam-se depois de cada um dos processos morfológicos, de tal maneira que as regras pós-lexicais não se sujeitam à Condição de Ciclo Estrito e as regras pós-lexicais são não-cíclicas.

(Lee 1996: 131)

Portanto, Booij & Rubach (1987) procuram simplificar os níveis de ordenamento lexical através da distinção entre regras lexicais, com base na ideia de ciclicidade. Deste modo, este parece-nos o modelo que melhor se adequa às particularidades dos dados das línguas observadas. Nesse sentido, as grelhas das (r)especificações a seguir apresentadas incluem dois blocos, um morfológico e outro fonológico, onde se mostra nítida a linha de reflexão defendida em Booij & Rubach (1987).

5. Evidências da FL na concatenação de afixos em ciyaawo, xichangana e emakhuwa

Como referimos nas linhas precedentes, os prefixos nominais em Bantu concatenam-se aos temas nominais através da adição, substituição e subtração. Nesta secção, procuramos analisar dados de ciyaawo, xichangana e emakhuwa, com o intuito de aferir o contributo dos pressupostos da FL na explicação de processos morfofonológicos decorrentes das formas de alinhamento de afixos. Adotamos, para o efeito, uma abordagem que incide sobre a descrição das regras fonológicas associadas aos prefixos do nível I, ao que se segue à análise dos prefixos de nível II. Para a análise dos dados das línguas objeto de observação, partimos de ciyaawo.

TABELA 2 - Grelha de (r)especificações de /-sulo/, em ciyaawo

	Nível I		Nível I
<i>Input</i>	/-sulo/	<i>Input</i>	/-sulo/
Morf.1	lu + sulo	Morf.1	N+sulo
		Fonol.1	N'sulo
Morf.2	lu.su.lo	Fonol.2	sulo
		Morf.2	su.lo
<i>Output</i>	lusulo	<i>Output</i>	sulo
	'rio'		'rios'

Fonte: elaboração própria

No que respeita à tabela 2, trata-se de uma situação em que a concatenação de prefixos do nível I (e.g. *N*-) ao tema nominal *-sulo* resultou na formação de uma nasal silábica, seguida da elisão da consoante [-continua] em posição inicial do nome formado (*N+sulo*) no terceiro momento da derivação. Isto é, a nasal homorgânica (N) é elidida por estar adjacente à consoante [+continua]. Entretanto, é preciso realçar que a elisão

não se trata de um fenómeno exclusivo aos sons consonânticos. Casos há em que resulta da interação entre sons vocálicos (cf. tabelas 8, 9 e 10). Langa (2012: 66) revela que a elisão é um processo fonológico que condiciona a alomorfia do sufixo locativo *-ini*, em xichangana (cf. tabelas 7 e 8). Na língua changana, por exemplo, sempre que um tema nominal termina em *-ea* vogal inicial do sufixo locativo *-ini* é elidida (cf. tabela 8).

Passemos para uma espécie de oposição privativa /p t k/ > [b d g]. Tem importância referir que, em ciyaawo, a oposição privativa envolvendo o traço [±voz] em consoantes abrange, igualmente, os sons palatais /c/ > [j]¹⁴ (cf. Ngunga 2014).

TABELA 3 – Grelha de (r)especificações de */-pee/*, em ciyaawo

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	<i>/-pee/</i>	<i>Input</i>	<i>/-pee/</i>
Morf.1	<i>lu+ pee</i>	Morf.1	<i>N+pee</i>
Morf.2	<i>lu.pee.le</i>	Fonol.1	<i>Nbee</i>
		Fonol.2	<i>mbee</i>
		Fonol.3	<i>^mbee</i>
		Morf. 2	<i>^mbee.le</i>
<i>Output</i>	<i>lupee</i>	<i>Output</i>	<i>^mbee</i>
	'semente'		'sementes'

Fonte: elaboração própria

TABELA 4 – Grelha de (r)especificações de */-teela/*, em ciyaawo

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	<i>/-teela/</i>	<i>Input</i>	<i>/-teela/</i>
Morf.1	<i>lu+ teela</i>	Morf.1	<i>N+teela</i>
Morf.2	<i>lu.tee.la</i>	Fonol.1	<i>Ndeela</i>
		Fonol.2	<i>ndeela</i>
		Fonol.3	<i>ⁿdeela</i>
		Morf. 2	<i>ⁿdee.la</i>
<i>Output</i>	<i>luteela</i>	<i>Output</i>	<i>ⁿdeela</i>
	'palito'		'palitos'

Fonte: elaboração própria

¹⁴ Por se tratar de dados de formas verbais, escusamo-nos de trazer exemplos.

TABELA 5 – Grelha de (r)especificações de /-kuku/, em ciyaawo¹⁵

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	/-kuku/	<i>Input</i>	/-kuku/
Morf.1	N+kuku	Morf.1	N+kuku
Fonol.1	Nguku	Fonol.1	Nguku
Fonol.2	ŋguku	Fonol.2	ŋguku
Fonol.3	^h guku	Fonol.3	^h guku
Morf. 2	^h gu.ku	Morf. 2	^h gu.ku
<i>Output</i>	^h guku	<i>Output</i>	^h guku
	'galinha'		'galinhas'

Fonte: elaboração própria

Nos dados das tabelas 3, 4 e 5 é notória a ocorrência de uma diversidade de processos fonológicos resultantes do entrelaçamento entre a morfologia e a fonologia. Nas tabelas em referência, parece visível a oposição privativa /p t k/ > [b d g], a assimilação do ponto de articulação e a pré-nasalização. No primeiro momento observamos que as consoantes não-vozeadas em posição inicial do tema nominal assimilam o vozeamento da nasal homorgânica (N). Isto é, a nasal em posição inicial confere o traço [+voz] à consoante seguinte. De seguida, a mesma nasal homorgânica (N) assimila o ponto de articulação da consoante seguinte /b d g/, respetivamente. Numa fase posterior à derivação, esta perde a autonomia silábica, passa a modificador de consoantes em posição adjacente ^hb, ^hd e ^hg/. Trata-se de uma situação em que os seguimentos se influenciam mutuamente, nestas (r)especificações, cumprido o ciclo da derivação. Nos termos de Ngunga (2014: 85), esta reciprocidade não significa que as regras se aplicam de forma caótica, pelo contrário, há uma ordem obrigatória por elas obedecida.

A (r)especificação do tema nominal /-simu/ abaixo parece mostrar com nitidez que os processos fonológicos não se desenvolvem simultaneamente, sendo possível observar uma ordem em que primeiro

¹⁵ Os dados aqui analisados, ainda que apresentem o mesmo prefixo nominal, eles pertencem a classes distintas, nomeadamente, 9 (N-) e 10 (N-). Entretanto, ambos têm a nasal homorgânica (N) como marcador da classe nominal. Para desfazer esta aparente ambiguidade, testes sintáticos são necessários:

1. *Nguku jaangu.* 'minha galinha'
2. *Nguku syaangu.* 'minhas galinhas'

Como se vê, enquanto em (1) o SN_{sup} concorda com o morfema *jaa-* concatenado ao possessivo *-ngu* 'minha', em (2) a concordância nominal é feita a partir do morfema *sya-*.

ocorre a elisão, seguida da semi-vocalização e, por último, a lábio-velarização.

TABELA 6 – Grelha de (r)especificações de /-simu-/ em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-simu/	<i>Input</i>	/-simu-/
Morf.1	<i>ri+ simu</i>	Morf.1	<i>ri+simu</i>
Morf.2	<i>ri.si.mu</i>	Morf.2	<i>ri+simu+ini</i>
		Fonol.1	<i>risimwini</i>
		Fonol.2	<i>risijwini</i>
		Fonol.3	<i>risij^wini</i>
		Morf.3	<i>ri.si.nwi.ni</i>
	<i>risimu</i>		
	'campo de cultivo'		'no campo de cultivo'

Fonte: elaboração própria

Descrita a sequência das regras fonológicas da grelha de (r)especificação do tema nominal /-simu-/ em changana, passa-se agora à descrição de mais três processos fonológicos, designadamente, a aspiração (cf. tabela 7), a fusão (cf. tabela 7) e a elisão (cf. tabelas 8, 9 e 10). Na tabela 7 verificar-se que, após a concatenação dos afixos *ø*- e *-ini* ao nome formado *khala*, a primeira operação fonológica que tem lugar é a aspiração da consoante velar [k], ou seja, após a explosão resultante da produção da velar, uma pequena quantidade de ar marca a aspiração. No ciclo seguinte, observa-se que o encontro entre as vogais [a] e [i] permitiu a operacionalização do processo fonológico conhecido por coalescência ou fusão (a + i = e). Katamba (1989) referido em Langa (2012: 64) considera que a coalescência resulta do encontro de duas vogais primárias, dando origem a uma vogal secundária, conforme aqui ilustrado.

Relativamente à tabela 8, onde (r)especificamos o tema nominal /-vele-/, trata-se de uma situação em que a vogal [i] em posição inicial do sufixo locativo é elidida em consequência da adjacência com a vogal [e]. Aliás, em changana “sempre que se tiver uma vogal de tema nominal /e/, a vogal do sufixo é elidida” (Langa 2012: 66).

TABELA 7 – Grelha de (r)especificações de /-khala-/, em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-khala-/	<i>Input</i>	/-khala-/
Morf.1	∅ + khala	Morf.1	∅+khala
Morf.2	kha.la	Morf.2	∅ +khala+ini
Fonol.	K ^h ala	Fonol.1	k ^h alaini
		Fonol. 2	k ^h aleni
		Morf.3	kha.le.ni
<i>Output</i>	khala	<i>Output</i>	khaleni
	‘carvão’		‘no carvão’

Fonte: elaboração própria

TABELA 8 – Grelha de (r)especificações de /-vele-/, em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-vele-/	<i>Input</i>	/-vele-/
Morf.1	ma + vele	Morf.1	ma+vele
Morf.2	ma.ve.le	Morf.2	ma +vele+ini
		Fonol.	maveleni
		Morf.3	ma.ve.le.ni
<i>Output</i>	mavele	<i>Output</i>	maveleni
	‘seios’		‘no seio’

Fonte: elaboração própria

Nas linhas abaixo, analisamos o alinhamento de morfemas através da afixação por transfixação, um caso distinto dos até aqui discutidos. Observemos atentamente os dados da tabela 9 e 10, do emakhuwa.

Nas (r)especificações, observa-se uma homogeneidade em relação à distribuição dos processos fonológicos, quer à esquerda do tema nominal, assim como à direita. Ainda que operacionalizadas em ciclos diferentes da derivação, um processo fonológico sobressai do entrelaçamento entre a

morfologia e a fonologia, a elisão. Deste modo, na tabela 9, primeiro elide-se a vogal [e], quando antecedida de [a]; no segundo momento, a mesma vogal [a] é a causadora do apagamento de [i] do sufixo locativo; à semelhança de [a], a vogal [o] constitui-se no causador da elisão de [i] inicial do sufixo locativo, em 10.

TABELA 9 – Grelha de (r)especificações de /-mesa-/, em emakhuwa

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-mesa-/	<i>Input</i>	/-mesa-/
Morf.1	e + mesa	Morf.1	e+mesa
Morf.2	e.me.sa	Morf.2	va+e+mesa+ini
		Fonol.1	vamesa+ini
		Fonol.2	vamesani
		Morf.3	va.me.sa.ni
<i>Output</i>	emesa 'mesa'	<i>Output</i>	vamesani 'na/sobre a mesa'

Fonte: elaboração própria

TABELA 10 – Grelha de (r)especificações de /-ro-/, em emakhuwa

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-ro-/	<i>Input</i>	/-muro-/
Morf.1	mu + ro	Morf.1	mu+ro
Morf.2	mu.ro	Morf.2	o+mu+ro+ini
		Fonol.1	omuroni
		Morf.3	o.mu.ro.ni
<i>Output</i>	muro 'rio'	<i>Output</i>	omuroni '(lá) no rio'

Fonte: elaboração própria

6. Nota de fecho

Este texto procurou olhar para os afixos em Bantu, nomeadamente, prefixos nominais, sufixos e circunfixos locativos. Os dados das línguas observadas (ciyaawo, xichangana e emakhuwa) parecem demonstrar a existência de dois componentes do léxico, um cíclico e outro pós-cíclico. Assim, salvo raras exceções, a componente fonológica parece dispor de dois tipos de regras. Um associado à morfologia e outro à fonologia, o que

quererá salientar o papel confirmativo e coerente do modelo de Booij & Rubach (1987).

REFERÊNCIAS

- Alfândega, P. (2014). A locativização em Cisena. In: A. Ngunga (Ed.), *Temas de Gramática de Línguas Bantu I* (pp. 115-135). Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Avelar, J., & Cyrino, S. (2008). Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas bantu à sintaxe do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos da UP*, 3, 55-75.
- Bernardo, M. (2017). *Análise fonológica da estrutura verbal do passado recente em emakhuwa* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Eduardo Mondlane.
- Bisol, L. (2005). Fonologia lexical. In: L. Bisol (Org.), *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro* (4ª ed.) (pp. 82-100). EDIPUCRS.
- Bisol, L. (2017). Fonologia lexical. In: D. da Horta, & C. L. Matzenauer (Orgs.), *Fonologia, fonologias: uma introdução* (pp. 81-92). Editora Contexto.
- Bleek, W. H. I. (1856). *The language of Mosambique*. Harrison & Sons.
- Bleek, W. H. I. (1862). *A comparative grammar of south Africa*. Trübner & Co.
- Booij, G., & Rubach, J. (1987). Postcyclic versus postlexical rules in lexical phonology. *Linguist Inquiry*, 18 (1), 1-44.
- Bostoen, K., & van de Velde, M. (2019). Introduction. In: D. Nurse, & G. Phillipson, *The bantu language* (pp. 1-15). Routledge.
- Bresnan, J. (1994). Locative inversion and the architecture of universal grammar. *Language*, 72-131.
- Chimbutane, F. (2009). *The purpose and value of bilingual education: A critical, linguistic ethnographic study of two rural primary schools in Mozambique* [PhD Thesis]. The University of Birmingham.
- Chomsky, N., & Halle, M. (1968). *The Sound Pattern of English*. Harper & Row.
- Collischonn, G. (2002). Fonologia Lexical e Pós-lexical e TO. *Letras de Hoje*, 37 (1), 183-187.
- Dimande, E., & Chimbutane, F. (2022). Reexaminando o prefixo nominal da classe 5 na língua ronga. *Domínio da Linguagem*, 16 (2), 870-899.
- Doke, C. M. (1954). *The Southern Bantu Language*. Oxford University Press.

- Gonçalves, C. A. (2013). Interface morfologia-fonologia: teoria, abordagem e temas. *Cadernos de Letras da UFF-Dossiê: língua em uso*, 23 (7), 333-355.
- Gonçalves, P., & Chimbutane, F. (2004). O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, 14, 7-30.
- Greenberg, J. H. (1963). *Language of Africa*. The Hague.
- Guthrie, M. (1967). *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Gregg International.
- Hyman, L. (1985). *A Theory of Phonological Weight*. FORIS Publication.
- Kaisse, E. M., & Shaw, P. (1985). On the theory of lexical phonology. In: C. Ewen, & J. Anderson, *Phonology Yearbook* (vol. 2) (pp. 1-30). Cambridge University Press.
- Kiparsky, P. (1982). *Lexical morphology and phonology: linguistic in the morning calm*. Hanshin Publishing Company.
- Kisseberth, C. W., & Cassimjee, F. (2009). *The Emakhuwa Lexicon Exemplified*.
- Kisseberth, C. W., & Odden, D. (2003). Tone. In: D. Nurse, & G. Phillipson, *The bantu language* (pp. 59-70). Routledge.
- Langa, D. (2012). *Morfofonologia do verbo em changana* [Tese de Doutorado]. Universidade Eduardo Mondlane.
- Langa, D., & Magona, V. (em preparação). Mapeamento Lexical dos Prefixos Primários e Secundários em Bantu.
- Lee, S. H. (1992). Fonologia Lexical do português. *Cadernos de estudos linguísticos*, 23, 103-120.
- Lee, S. H. (1995). *Morfologia e Fonologia do Português do Brasil* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Lee, S. H. (1996). Fonologia Lexical: Modelos e Princípios. *Letras hoje*, 31 (2), 129-137.
- Magona, V. (2014). Diminutivização Morfológica dos Nomes pertencentes às Classes 1 a 6 em Ciyaawo. In: A. Ngunga (Ed.), *Temas de Gramática de Línguas Bantu I* (pp. 136-154). Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Maho, J. (2003). A classification of the bantu languages: an update of Guthrie's referential system. In: Phillipson, G. (2003), *The bantu language* (pp. 639-641). Routledge.
- Maho, J. F. (2009). *NUGL Online: The online version of the new update Guthrie's list a referencial classification of the Bantu language*.

- Citeseerx.
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=C698C04A6EAEB5F6A50FCED424565B0?doi=10.1.1.603.6490&rep=rep1&type=pdf>
- Mateus, M. H. M. (2003). Fonologia. In: M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, & A. Villalva (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 987-1033). Caminho.
- Meinhof, C. (1906). *Introduction to the phonology of bantu languages*. University of Gutemberg Press.
- Migliorini, L., & Massini-Cagliari, G. (2011). A Epêntese Vocálica no Português Brasileiro: Regras Lexical ou Pós-lexical? *Todas as Letras Q*, 13 (1), 72-84.
- Mohanan, K. P. (1982). *The theory of lexical phonology* [PhD Thesis]. MIT.
- Mohanan, K. P. (1986). *The Theory of Lexical Phonology*. Foris.
- Mutaka, N. M., & Tamanji, P. N. (2000). *An introduction to african linguistic*. Lincom Europa.
- Ngunga, A. (2002). *Elementos da gramática da língua yao*. Livraria Universitária.
- Ngunga, A. (2014). *Introdução à linguística bantu*. Imprensa Universitária.
- Ngunga, A., & Faquir, O. (2011). *Padronização da ortografia das línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. CIEDIMA.
- Ngunga, A.; Manuel, C.; Langa, D.; Machungo, I., & da Câmara, C. L. (2022). *Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas: Relatório do IV Seminário*. Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Nurse, D. (2018). *Tense and aspect in bantu*. Oxford Press.
- Nurse, D., & Phillipson, G. (2003). *The bantu language*. Routledge.
- Odden, D. (1986). On the role of the obligatory contour principle in phonological theory. *Language*, 62, 353-383.
- Phillipson, D. W. (1977). *The later prehistory of Eastern and Southern Africa*. Heinemann Educational Books.
- Reylly, C. (2016). *Language use and language attitudes in Malawian Universities* [MPhil Thesis]. University of Glasgow.
- Reylly, C. (2019). *Language in Malawian Universities: an investigation into language use and language attitude amongst students and staff* [PhD Thesis]. University of Glasgow.
- Sanderson, M. (1922). *A yao gramamr*. Society for Promoting Christian Knowledge.

- Schwindt, L. C. (2001). O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *Delta*, 17 (2), 175-207.
- Sitoe, B. (1996). *Dicionário Changana-Português*. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- Taji, J. (2014). Grammatical relation in chiyao. *Foreign Study*, 42, 149-177.
- Taylor, A. (2020). *A short language profile for Chichewa and the need for datasets*.
Researchgate.https://www.researchgate.net/publication/343282582_A_short_language_profile_for_Chichewa_and_the_need_for_datasets
- Van de Velde, M. (2019). Nominal morphology and syntax. In: M. Van de Velde; D. Nurse & G. Phillipson, *The Bantu Languages* (2nd ed.) (pp. 237-269). Routledge.
- Vannest, J., & Boland, J. E. (1999). Lexical morphology and lexical access. *Brain and Language*, 68(1-2), 324–332.
- Wilson, F. & Magona, V. (2017). Uma análise autosegmental de /s/ em raízes verbais do ciyaawo contemporâneo. In: A. G. Bautista, L. de C. Moutinho & R. L (Coords.), *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias* (pp. 49-58). UA Editora.
- Wilson, F., & Magona, V. (2022, 9-10 de agosto, pc, em preparação). *Alguns processos fonológicos decorrentes da transição de classes nominais em Ciyaawo*. II Seminário de Ciências da Linguagem ‘Línguas e conhecimento científico: desafios para além do ensino de línguas’, Maputo, Moçambique.

Apêndice A – Classes e prefixos nominais

Ciyaawo				Xichangana		Emakhuwa			
classe	prefixo	exemplo	glossário	prefixo	exemplo	glossário	prefixo	exemplo	glossário
1	<i>mu-</i>	<i>muundu</i>	peessoa	<i>mu-</i>	<i>munhu</i>	peessoa	<i>mu-</i>	<i>muthu</i>	peessoa
2	<i>va-</i>	<i>vaandu</i>	peessoas	<i>va-</i>	<i>vanhu</i>	peessoas	<i>a-</i>	<i>athu</i>	peessoas
3	<i>mu-</i>	<i>musi</i>	aldeia	<i>mu-</i>	<i>murhi</i>	remédio	<i>mu-</i>	<i>muri</i>	árvore
4	<i>mi-</i>	<i>misi</i>	aldeias	<i>mi-</i>	<i>mirhi</i>	remédios	<i>mi-</i>	<i>miri</i>	árvores
5	<i>di-</i>	<i>digoombo</i>	banana	<i>ri-</i>	<i>ribze</i>	pedra	<i>ni-</i>	<i>nikhule</i>	rato
6	<i>ma-</i>	<i>magoombo</i>	bananas	<i>ma-</i>	<i>maribze</i>	Pedras	<i>ma-</i>	<i>makhule</i>	ratos
7	<i>ci-</i>	<i>cipuula</i>	facas	<i>xi-</i>	<i>xingove</i>	gato	<i>e-</i>	<i>ehopa</i>	peixe
8	<i>yi-</i>	<i>yipuula</i>	facas	<i>svi-</i>	<i>svingove</i>	gatos	<i>i-</i>	<i>ihopa</i>	peixes
9	<i>N-</i>	<i>mbusi</i>	cabrito	<i>N-</i>	<i>nghonyama</i>	leão	—	—	—
10	<i>N-</i>	<i>mbusi</i>	cabritos	<i>(ti)N-</i>	<i>tinghonyama</i>	leões	—	—	—
11	<i>lu-</i>	<i>lugomo</i>	lábio	<i>li-</i>	<i>litiho</i>	dedo	—	—	—
10	<i>N-</i>	<i>ngomo</i>	lábios	<i>(ti)N-</i>	<i>tintitho</i>	dedos	—	—	—
12	<i>ka-</i>	<i>kasulo</i>	riacho	—	—	—	—	—	—
13	<i>tu-</i>	<i>tusulo</i>	riachos	—	—	—	—	—	—
14	<i>wu-</i>	<i>wuci</i>	mel	<i>(v)u-</i>	<i>(v)ulombe</i>	açúcar	<i>o-</i>	<i>olokho</i>	espécie de feijão
15	<i>ku-</i>	<i>kudila</i>	chorar	<i>ku-</i>	<i>kujondza</i>	estudar	<i>o-</i>	<i>ovava</i>	evaporar
16	<i>pa-</i>	<i>panyuumba</i>	em casa	—	—	—	<i>va-</i>	<i>vaaliteya</i>	na aldeia
17	<i>ku-</i>	<i>kunyuumba</i>	para casa	—	—	—	<i>o-</i>	<i>oaliteya</i>	para a aldeia
18	<i>mu-</i>	<i>munyuumba</i>	dentro da casa	—	—	—	<i>mu-</i>	<i>mualiteya</i>	> dentro da aldeia
								<i>mwaaliteya</i> ¹⁶	

Fonte: Adaptado de Ngunga (2002, 2014), Langa (2013) e Magona (2014)

Apêndice B – Abreviaturas e convenções

A	= alto
B	= baixo
Cl.	= classe
Fonol.	= Fonologia
FG	= Fonologia Generativa
FL	= Fonologia Lexical
LBs	= Línguas Bantu
Morf.	= Morfologia
.	= sílaba
	= realiza-se
/	= contexto
//	= estrutura de base/fonema
[]	= estrutura de superfície/fone

¹⁶ A divisão silábica desta palavra é *mwa.li.te.ya*. O alongamento da primeira sílaba *maa-*, em *waaliteya*, relaciona-se com a compensação do peso fonológico (cf. Hyman 1985), resultante da fusão de duas sílabas do tipo V(ogal) em posição adjacente. As sílabas em referência podem ser reconstituídas mediante a reversão do reparo (OCP). Ou seja, neste dado o OCP aparece como reparo da haplogogia. Em outras palavras, queremos dizer que, embora emakhuwa admita sílabas do tipo V, ela bloqueia casos em que tais sílabas se encontram em adjacência (cf. (10b)) – por razões óbvias de foco do presente estudo, explicações pomenorizadas sobre processos históricos de suporte das transformações lexicais reservamos para um outro trabalho (cf. Wilson & Magona 2022, pc em prep.).